



O teletrabalho da(o) psicóloga(o) de Minas Gerais e suas relações com os processos saúde/doença

Rafael Soares Mariano Costa
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)

<https://orcid.org/0000-0002-0343-423X>
rafaelsmc@gmail.com

José Newton Garcia de Araújo
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)

<https://orcid.org/0000-0001-9648-9741>
jinga@uol.com.br

Leonardo Silva Miranda
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)

<https://orcid.org/0009-0009-2507-6187>
leonardo.mirandalhm@gmail.com

Rodrigo Padrini Monteiro
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)

<https://orcid.org/0000-0002-7153-2448>
rodrigopadrini@gmail.com

RESUMO

Este artigo explora as mudanças nas práticas de psicólogas(os) em Minas Gerais durante a pandemia da Covid-19, com foco no uso intensificado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A pesquisa investigou profissionais em diversas áreas da Psicologia, analisando os impactos dessas mudanças, especialmente em relação aos processos saúde-doença. Adota metodologias qualitativas, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo, com suporte do software de análise de dados qualitativos ATLAS.ti. Neste texto, dois eixos principais foram destacados: "Psicologia como profissão majoritariamente feminina" e "Prazer e sofrimento no trabalho". Os relatos das participantes evidenciam os desafios enfrentados nas novas modalidades de trabalho, destacando a necessidade de uma análise interseccional para se compreender o impacto de suas desigualdades estruturais. A intensificação do uso das TICs durante a pandemia trouxe à tona desafios significativos para as psicólogas, revelando as complexas interações entre gênero, trabalho e saúde mental.

Palavras-chave: atividade da(o) psicóloga(o); tecnologias de informação e comunicação; Covid-19; trabalho e subjetividade; processos saúde-doença.

Remote work of Psychologists in Minas Gerais and Its Relationship with Health/Disease Processes

ABSTRACT

This article explores the changes in the practice of psychologists in Minas Gerais during the Covid-19 pandemic, focusing on the intensified use of Information and Communication Technologies (ICTs). The research investigated professionals across various fields of psychology, analyzing the impacts of these changes, particularly concerning health-disease processes. A qualitative methodology was employed, using semi-structured interviews and content analysis, supported by the qualitative data analysis software ATLAS.ti. The text highlights two main themes: "Psychology as a Predominantly Female Profession" and "Pleasure and Suffering at Work." The participants' reports underscore the challenges faced with the new work modalities, emphasizing the need for an intersectional analysis to understand the impact of its structural inequalities. The intensification of ICT use during the pandemic brought significant challenges for psychologists, revealing the complex interactions between gender, work, and mental health.

Keywords: psychologist's activity; information and communication technologies; Covid-19; work and subjectivity; health-disease processes.

Submissão em: 31/08/2024 | **Aprovação em:** 10/12/2024

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que dá origem a este artigo objetivou investigar as atividades de psicólogas(os) do Estado de Minas Gerais, a partir da emergência da pandemia da Covid-19, quando a categoria passou a utilizar, mais intensamente, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), alterando rotinas de trabalho que antes se davam, em geral, na modalidade presencial. A partir da aplicação de um questionário que contou com a participação de sessenta profissionais e, a realização de entrevistas com dezenove participantes que atuam em diferentes modalidades de prestação de serviços em Psicologia (clínica, organizacional, docência e políticas públicas), o presente estudo buscou analisar os impactos do uso intensificado das TICs nos processos de subjetivação desses(as) trabalhadoras(es), em especial no tocante aos processos saúde-doença.

A pandemia da Covid-19, que teve início em março de 2020, além de impactar profundamente a rotina pessoal dos indivíduos, trouxe várias consequências para praticamente todos os segmentos do mundo do trabalho. Em relação à Psicologia, particularmente à área de atendimento clínico individual, essa mudança pôde ser observada com um aumento de 450% no número de solicitações, por psicólogas(os), para cadastro no e-Psi do ano de 2020 a 2021 (FOLHA, 2021), o que, na época, habilitava os profissionais no conselho de classe, a realizar atividades na modalidade virtual. Com a urgência da demanda pública por suporte psicológico, as atualizações normativas proferidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a adoção governamental do isolamento social, a categoria passou, mais intensamente, a realizar suas atividades nas próprias residências.

Em 2024, mesmo com o fim da emergência de saúde pública, em 2023 (OPAS, 2023) verificamos haver um legado trazido pela pandemia para as nossas formas de viver e trabalhar, o que impactou, de modo substancial, as práticas psicológicas como atividade de trabalho.

Com o intuito de conhecer as implicações dessas mudanças na atividade de profissionais em Psicologia, partimos de uma abordagem qualitativa, com entrevistas

semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e documental. A fundamentação teórica do estudo foi a Psicologia do Trabalho, em especial as chamadas abordagens clínicas do trabalho, que “buscam evidenciar a relação entre o trabalho e os processos de subjetivação” (Bendassolli; Soboll, 2011, p. 4). Acrescente-se a análise de conteúdo (Bardin, 1977), para a construção de eixos de análise e de apresentação dos resultados da pesquisa, pormenorizados por meio do software ATLAS.ti.

De modo geral, os resultados produzidos indicaram aumento da demanda de trabalho – aspecto comum a todas as áreas investigadas, o não-reconhecimento de um trabalho considerado “invisível” pelos empregadores, resultando em sobrecarga e sofrimento, sobretudo pelas psicólogas que, como parcela majoritária da Psicologia brasileira, se viram em um cenário de agravamento das condições para exercer suas atividades, na rotina de dupla/tripla jornada de trabalho.

No presente artigo, portanto, procuramos destacar e aprofundar dois grandes eixos de análise: “A Psicologia como profissão majoritariamente feminina” e “Prazer e sofrimento no trabalho”.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que possamos analisar os impactos da intensificação do uso das TICs no trabalho das psicólogas, precisamos de duas discussões teóricas fundamentais: as mudanças significativas que ocorreram no campo das TICs, nas últimas décadas, e as apropriações dessas tecnologias pela prática psicológica, com o advento da Covid-19. Ajuntem-se aqui os marcos normativos do CFP, tudo isso ancorado na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia do Trabalho, que leva em conta a precarização do trabalho na contemporaneidade, além de referências sobre a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero, que nos auxiliam a realizar uma análise interseccional.

2.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUAS APROPRIAÇÕES PELA PSICOLOGIA

De acordo com Cury e Capobianco (2011), o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) trouxeram mudanças significativas ao longo da história, reorientando as perspectivas econômicas, sociais, científicas e políticas.

A revolução tecnológica iniciada na segunda metade do século XIX, com a criação da eletricidade, do telefone e da máquina de escrever, se expandiu significativamente no século XX, com o desenvolvimento dos computadores e da popularização da internet (Dutra, 2016). A partir da disseminação dos celulares, especialmente os *smartphones*, no início do século XXI, observou-se uma transformação no acesso à informação e na interação social, ampliando-se o uso da internet e das redes sociais, com impactos profundos na forma como vivemos e nos conectamos.

Nicolaci-Da-Costa (2002) defende que as revoluções tecnológicas podem provocar mudanças mais profundas do que simples alterações comportamentais, uma vez que a interação virtual se vincula aos processos de subjetivação. Já Antunes e Braga (2009) apontam para o fato de que o acesso e a distribuição das tecnologias são fenômenos sociais e historicamente localizados, ou seja, dependem diretamente das condições materiais em que se inserem. Para Englert, Woodcock e Cant (2020) os valores e interesses contemporâneos que envolvem a produção tecnológica exercem influência decisiva sobre seus processos.

Seligman-Silva (1995), em seu clássico texto sobre desgaste mental no trabalho dominado, já recorria ao pensamento marxiano para alertar sobre as implicações da tecnologia sobre os trabalhadores. Recuperando Braverman (1974), a autora examina as transformações na organização do trabalho e o aumento da separação entre concepção e execução das tarefas, “não por causa das tecnologias em si, mas sim pela maneira como se foram acoplado formas de gerenciamento cada vez mais acuradas no estabelecimento dessa separação” (Seligman-Silva, 1995, p. 92).

Nesse sentido, pode-se dizer que a pandemia da Covid-19 acelerou a penetração involuntária das novas tecnologias em nossas vidas, invadindo não só o campo doméstico, mas também o profissional, a partir da adoção de medidas sanitárias de isolamento, em nível global. No Brasil, em março de 2020, o poder público determinou quais serviços, considerados essenciais, continuariam funcionando presencialmente, em função da sobrevivência e da segurança comunitária, através do decreto Decreto nº 10.282 (Brasil, 2020). A partir disso, trabalhadoras e trabalhadores das mais variadas áreas e ocupações tiveram de adaptar suas atividades para formatos virtuais, tanto para a manutenção da sua fonte de renda como para o atendimento da população que teve sua demanda aumentada, como, por exemplo, profissionais que atuam nas políticas públicas (Costa *et al.*, 2023).

Este contexto favoreceu duas apropriações da tecnologia. A primeira foi o isolamento social, considerado até como oportunidade para atividades úteis ou de lazer *online*. A segunda foi a forma de garantir o processo produtivo, inclusive dos bens culturais a serem consumidos (educação, saúde, etc.). Assim, observaram-se inúmeros relatos de experiências *home office* (trabalho remoto) que evidenciaram as vantagens e desvantagens dessa nova organização do trabalho (Queiroga, 2020).

Como indicado, as medidas governamentais para a prevenção do contágio pela Covid-19 produziram a ampliação de determinados sofrimentos, como quadros de adoecimento mental, angústia, ansiedade, depressão, em distintas faixas etárias. Nesse contexto, Gonçalves (2023) afirma que tal período, tão incomum, aumentou a demanda por atendimento em saúde mental, especialmente pelos grupos mais atingidos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) acrescenta que o estresse trazido pela pandemia e pelo isolamento social impactou, de forma distinta, trabalhadores da saúde, gestores, pessoas que pertencem a grupos de risco (idosos, portadores de doenças crônicas, gestantes e lactantes) e a população em geral (Rocha *et al.*, 2023).

Neste contexto, é importante resgatar o papel do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, neste momento de crise, foi chamado a intervir com agilidade, como autarquia

responsável por disciplinar, orientar e fiscalizar o exercício da profissão (Brasil, 1971; 1977). Ainda na primeira quinzena de março de 2020, o CFP reafirmou o compromisso da Psicologia, na atuação em emergências e desastres (CFP, 2020b).

Logo após o Conselho autorizou a prestação de serviços para os meses de março e abril de 2020, sem a necessidade de aguardar a confirmação da plataforma “Cadastro e-Psi”, de modo a facilitar a prestação do serviço à população (CFP, 2020b), autorização que foi efetivada no âmbito da regulamentação da profissão, através da Resolução nº 4, de 26 de março de 2020 (CFP, 2020c).

Na verdade, foi somente com o advento da pandemia da Covid-19, em 2020, que o CFP publicou nova regulamentação sobre os atendimentos mediados pelas TICs, através da Resolução nº 4, de 26 de março de 2020 (CFP, 2020c), a qual, só recentemente, foi substituída pela Resolução nº 9, de 18 de julho de 2024 (CFP, 2024b). Entre as principais mudanças, estão a não exigência do cadastro na plataforma "Cadastro e-Psi" e a nomenclatura adotada para as TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação) as quais, para fins deste artigo, seguiremos nomeando como TICs. Em resumo: a apropriação dessas tecnologias pela Psicologia é recente e ainda estava em fase de consolidação, quando nos confrontamos com a pandemia e com o subsequente aumento de demanda por inscrição no Sistema Conselhos.

Para se ter uma noção do avanço repentino do uso das TICs entre as psicólogas(os) com o advento da Covid-19, observe-se que, entre os anos de 2004 e 2018, encontramos 2480 psicólogas(os) cadastrados com atuação *online* (CFP, 2020a). Logo após a resolução 11/2018 (CFP, 2018), confirma-se um aumento expressivo da categoria no ambiente *online*. Contudo, o aumento do número de cadastros foi particularmente notável nos anos de 2020 e 2021, contabilizando mais de 150 mil registros, o que coincide com o ápice da pandemia em nosso país (Silva, 2023).

No território mineiro, houve um aumento expressivo das solicitações de cadastros. Em 2020, ano de início da pandemia, verificou-se um total de 10.573 solicitações junto ao CRP-04/MG, contra 1.883, feitas em 2019, o equivalente a um aumento de 461%. Nos três

anos seguintes, mais de 12 mil novos cadastros foram realizados.

Para Gonçalves (2023), a mudança repentina e abrupta dos atendimentos presenciais para os atendimentos online fez com que muitas psicólogas(os) se lançassem no meio virtual sem o devido preparo, tendo que lidar, tanto com a nova estrutura e a organização do seu trabalho, quanto com os efeitos produzidos por essa nova modalidade na relação terapêutica.

Se a intensificação do uso das TICs ocorreu com a chegada da Covid-19, esse uso se manteve mesmo com o fim da emergência de saúde pública, em 2023 (OPAS, 2023), deixando assim um legado para as nossas formas de viver e trabalhar. Isso mostra como as práticas psicológicas, como atividade de trabalho, se situam em um contexto sócio-histórico, político e econômico.

Na sequência, apresentamos noções essenciais que dizem respeito à perspectiva teórico-metodológica da Psicologia do Trabalho e que serão fundamentais para traçarmos algumas considerações acerca dos resultados produzidos neste estudo.

2.2 O TRABALHO DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS) COMO ATIVIDADE E O VIÉS DA INTERSECCIONALIDADE

Como afirmamos na introdução deste estudo, nossa perspectiva teórica está baseada nas contribuições da Psicologia do Trabalho, particularmente das chamadas abordagens clínicas do trabalho, como definem Bendassolli e Soboll (2011), que situam o trabalho como atividade humana contextualizada e intencional de transformação, de si mesmo e do mundo, no lugar central de análise.

Para estes autores, as abordagens clínicas do trabalho compreendem o distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real, com base na tradição do pensamento ergonômico. Dessa forma, a atividade é sempre sede de investimentos vitais, pois não é determinada mecanicamente pelo seu contexto, ao contrário, ela o modifica e dele se apropria.

Ademais, é fundamental que possamos elucidar algumas noções teóricas bastante caras à análise do trabalho, particularmente relacionadas ao fim das fronteiras entre trabalho e vida.

Santana (2020) argumenta que o capitalismo contemporâneo transformou a relação entre os sujeitos e o trabalho, substituindo o Estado como organizador social pela empresa, que agora regula as subjetividades e a própria vida social. A lógica empresarial de concorrência, antes limitada ao mundo do trabalho, agora permeia todas as esferas da sociedade. Essa mudança dissolve a distinção entre tempo de trabalho e lazer, fazendo com que o trabalho invada todos os aspectos da vida, refletindo-se especialmente no contexto das novas tecnologias e no *home office*. Quanto ao trabalho das psicólogas(os), um dos principais impactos trazidos com a intensificação do uso das TICs é, justamente, a invasão do espaço doméstico pelo trabalho.

Segundo Antunes (2020), o *home office* traz vantagens para as empresas, como a individualização do trabalho e a redução das relações sociais nos ambientes profissionais, eliminando também a separação entre trabalho e vida pessoal, exacerbando a carga de trabalho, particularmente sobre as mulheres.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) define teletrabalho como atividades realizadas fora dos escritórios centrais, integradas por tecnologias digitais, mas destaca que ele deve ser caracterizado por variáveis como local, horário, tipo de contrato e competências necessárias.

Acerca dos aspectos relacionados à extinção das fronteiras entre trabalho e vida, cabe ressaltar que a complexidade da relação trabalho-família, que já existia antes da pandemia, ampliou-se, agora que as fronteiras dessa relação foram diluídas. Martins, Aguiar e Bastos (2020), ao abordarem a ambiguidade dessa situação, indicam que novos contratos e limites devem ser estabelecidos para que a convivência seja possível e para que vínculos e resultados sejam preservados, buscando um equilíbrio. Afinal, a disputa por espaço, onde ócio, trabalho, lazer e família coabitam, é algo imposto por essa nova realidade. Mas esse contexto, que poderia favorecer a aproximação entre os membros do

grupo familiar, pode fazer “com que os limites entre os horários de trabalho ou lazer e as interrupções dos familiares sejam potenciais fontes de conflito” (p.51). Nesse ambiente, atividades laborais e tarefas domésticas se intercalam e se sobrepõem. Dessa forma, “lidar com a questão: ‘já que você está em casa...’ pode trazer um alto custo emocional e ser bastante desgastante” (Martins; Aguiar; Bastos, 2020, p.49).

Esse contexto se agrava na medida em que, para Hirata e Kergoat (2007), a organização social é estruturada pela divisão sexual do trabalho, a qual designa aos homens o campo produtivo e de maior prestígio, enquanto às mulheres se designa a esfera reprodutiva. Tal organização social favoreceu a construção de papéis de gênero, que se mostram imperativos, especificamente para as mulheres, no que diz respeito à realização das tarefas domésticas. Apesar dos direitos conquistados pelo movimento feminista, sobretudo ao longo do século XX, alguns dados observados por Itaboraí (2015) acerca das alterações na distribuição de papéis na família brasileira nos últimos 40 anos, apontam para a continuidade da vinculação do feminino ao espaço privado e ao cuidado. De acordo com o estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o cenário de desigualdade entre homens e mulheres pouco mudou no período de 1995 a 2015, sendo até observado, em alguns aspectos, o aumento dessa desigualdade, especialmente, para as mulheres negras (Ipea, 2017).

Nesse sentido, a interseccionalidade apontada pelo movimento feminista negro e reconcebida por Crenshaw (2002), é importante eixo de análise, já que “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p.177). Nesse sentido, destacamos que “a raça e a classe são constituídas simultânea e recíprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais” (Ianni, 2004, p. 147) e possuem imbricações que remetem à formação social do Brasil.

Ressaltamos que os impactos dessas novas formas de trabalho sobre a saúde devem servir de alerta, para que os trabalhadores/gestores tomem consciência de seus usos adequados, em prol da garantia da qualidade de vida, fora e dentro do trabalho.

Entendemos, assim, que o exercício da Psicologia, em suas múltiplas áreas, pode ser

analisado a partir da noção de atividade, com toda a riqueza heurística que dela deriva. Daí entendermos, por exemplo, que o trabalho é perpassado, ora pela execução de puras prescrições e tarefas repetitivas, num ambiente desprazeroso ou adoecedor, ora pelo desenvolvimento e permanente construção da subjetividade, no registro da criatividade e da autonomia, ou seja, da capacidade de dispor “as normas e o meio de trabalho” (Canguilhem, 2001), o que equivale à construção da saúde, no sentido de um bem-estar ligado à realização do profissional, como sujeito e cidadão, dentro e fora do ambiente de trabalho.

3. METODOLOGIA

Compreender os impactos do uso das TICs na atividade de psicólogas(os) no Estado de Minas Gerais, em tempos de pandemia, tomada como objeto de saúde coletiva ainda muito recente, exigiu a construção de uma metodologia adequada aos processos de análise e às possibilidades abertas aos pesquisadores. O objetivo principal da pesquisa foi investigar os impactos do uso intensificado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), nas atividades das psicólogas (os), em Minas Gerais, com ênfase nas relações entre trabalho e processos saúde-doença. Para isso, buscou-se: a) mapear as modalidades de uso das TICs, nas diferentes áreas de atuação da psicóloga(o); b) investigar os sentidos atribuídos pela(o) profissional de Psicologia à adoção das tecnologias digitais, considerando os recortes de classe, raça, gênero, idade e demais variáveis sociodemográficas, relacionando-as com trabalho e renda; c) levantar as modalidades de intervenção das psicólogas(os) em que a atividade presencial tem prevalência sobre o uso das TICs; d) comparar os efeitos de cada modalidade sobre o bem-estar ou mal-estar no trabalho.

A partir de uma perspectiva teórico-metodológica que busca convocar os próprios sujeitos a refletir sobre suas práticas, e tendo como foco a análise da atividade (Bendassolli; Soboll, 2011) e a questão-problema aqui privilegiada (a introdução das TICs e os processos saúde-adoecimento), optou-se pela pesquisa multimétodos. Essa opção se deveu ao caráter multifacetado do objeto estudado, o que supera a dicotomia entre métodos qualitativos e

quantitativos ou entre objetivismo e subjetivismo. Essa metodologia possibilita a triangulação da investigação sob diversas óticas, ou seja, a triangulação de dados, na estruturação da investigação, bem como nos planos interdisciplinar e teórico.

No que se refere à produção de dados, junto aos sujeitos da pesquisa, atuamos em duas etapas. Na primeira, coletamos dados sociodemográficos dos participantes, seguindo-se a aplicação de um questionário previamente estruturado sobre o trabalho, durante a pandemia. Participaram desta etapa psicólogos que atendessem aos seguintes critérios: ter o CRP ativo; estar atuando como psicólogo(o); aceitar participar, como voluntário, deste estudo. Os critérios de exclusão eram: não ser registrado no CRP/04; não aceitar os termos do TCLE.

Inicialmente propusemos que os sujeitos da pesquisa fossem acessados através dos canais de comunicação do Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), que, através de uma solicitação formal, se dispôs a nos fornecer o *mail-listing* dos filiados cadastrados em sua base de dados. Assim, poderíamos enviar o formulário com um questionário de dados sócio-demográficos e com questões relativas ao uso das TICs e seus impactos nos processos saúde-adoecimento. Junto seguiria um texto com a apresentação da pesquisa e um link para acesso à mesma. No entanto, para surpresa nossa, uma mudança de gestão no Conselho bloqueou tal parceria, o que mudou radicalmente os planos para termos acesso a um número mínimo significativo de psicólogas(os) de Minas Gerais, com cerca de quarenta mil cadastrados, à época. Assim, optou-se pela divulgação da pesquisa através dos contatos pessoais dos pesquisadores envolvidos. Neste sentido, a planejada etapa teve de ser reformulada. Com efeito, o esforço de contatos através de comunicação individual dos pesquisadores só rendeu a adesão de 60 participantes, em vez de alguns milhares, como foi pensado. Isto nos obrigou a replanejar o projeto, de modo a nos concentrar, basicamente, na pesquisa qualitativa, através de entrevistas aprofundadas com o grupo contactado. Mesmo assim, o quantitativo dos 60 participantes foi reduzido, pois apenas 19 dentre eles se disponibilizaram a participar das entrevistas individuais, fornecendo e-mails de contato. Assim, as 19 entrevistas foram realizadas entre os meses de maio a agosto de 2023.

A utilização de entrevistas, na produção de dados verbais, é amplamente difundida em pesquisas qualitativas e suas diferentes modalidades vão desde as mais estruturadas às mais abertas e espontâneas (Flick, 2009). No caso, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, por meio das TICs, ou seja, através de videochamadas e do uso do Skype, que permite a gravação das chamadas. Todos os participantes autorizaram a gravação das entrevistas, para posterior transcrição, a fim de se compreender em profundidade os aspectos inicialmente levantados, bem como para se produzirem novas interações e discussões (Saldaña, 2013), numa perspectiva qualitativa.

A pesquisa documental, por sua vez, foi realizada a partir de leitura e análise tanto de publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do Regional (CRP-04), quanto de outros documentos de domínio público, como Normas Regulamentadoras (NRs) relativas ao trabalho com tecnologias digitais, leis estaduais e federais, resoluções, referências técnicas, códigos, portarias e decretos, assim como matérias jornalísticas, publicações em redes sociais e na web, afetas ao tema.

Ao adotar uma postura crítica na análise documental, buscamos nos manter, na ótica de Spink *et al.* (2014), atentos ao seu contexto de produção, com o objetivo de compreender seus diversos elementos e aspectos, em confronto com a realidade observada e vivenciada, uma vez que os documentos, mais do que prescrever ou sistematizar estruturas e procedimentos, referem-se às normas que compõem e são compostas, em um contexto sócio-histórico, permeando as práticas profissionais (Spink *et al.*, 2014).

Ao postular uma análise da atividade das psicólogas(os) e suas interfaces com a intensificação do uso das TICs, propusemos também algumas reflexões acerca do papel da psicóloga(o), enquanto pesquisador e produtor de conhecimento científico. Portanto, tomamos a própria utilização das TICs pela equipe de pesquisa como instrumento e plataforma de produção do conhecimento e como objeto de análise.

Nesse sentido, foram empreendidas discussões visando realizar, na ótica da implicação do pesquisador (Paulon, 2005), uma espécie de metanálise de nossa participação na pesquisa, com o uso das TICs, tais discussões buscaram refletir ou analisar

o papel dos pesquisadores e suas interações com as mesmas.

A escrita colaborativa foi também parte importante do processo desta pesquisa. As possibilidades de trocas, debates, divergências e convergências, são um elemento básico do processo da escrita em pesquisa qualitativa, possibilitando: a formação de bolsistas de Iniciação Científica, de mestrandos, doutorandos e doutores, em um modelo de pesquisa em equipe, de compartilhamento de experiências e de uma escrita não-hierarquizada, gerando um deslocamento entre os diversos saberes dos pesquisadores (Gale; Wyatt, 2017).

Os dados qualitativos foram analisados e tratados com suporte tecnológico, através do programa ATLAS.ti (versão 2023), pois este permite realizar todas as etapas da análise de conteúdo (Bardin, 1977; Saldaña, 2013), além do compartilhamento, entre os pesquisadores, das análises parciais, percepções e comentários sobre o processo de análise.

Além disso, o processo de triangulação dos dados, obtidos por diferentes vias, abriu possibilidades de se construírem correlações entre essas diversas informações, em diálogo contínuo com as produções bibliográficas utilizadas na pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a análise de dados foram criadas as seguintes categorias de análise: 1) Inovações e desafios na realização da atividade; 2) Psicologia como profissão majoritariamente feminina; 3) Nova configuração do ambiente doméstico; 4) Prazer e sofrimento no trabalho; 5) O modelo híbrido como tendência do exercício da profissão.

Com o objetivo de apresentar mais profundamente as categorias em suas subdivisões internas e expor fragmentos de falas das profissionais, reduzimos este artigo à apresentação das categorias de análise *Psicologia como profissão majoritariamente feminina* e *Prazer e sofrimento no trabalho*. Tal escolha se justifica na medida em que estas categorias expõem amplamente os conteúdos encontrados na pesquisa de campo, incluindo elementos presentes também em outras categorias, além de focalizar elementos valiosos

para uma análise crítica da atividade, sob uma perspectiva interseccional. No título a seguir, apresentamos a primeira categoria.

4.1 PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO MAJORITARIAMENTE FEMININA

Um aspecto que se mostrou relevante na análise dos dados foi a discussão em torno da interseccionalidade. Buscamos, por meio dessa conceituação, compreender como a intensificação do uso das tecnologias ocorre de maneira distinta, a partir dos cruzamentos entre um ou mais marcadores sociais: raça, classe e gênero (Crenshaw, 2002). Afinal, se o próprio acesso ao trabalho é mediado por tais marcadores, os impactos decorrentes do teletrabalho também se darão de maneira distinta, a partir da realidade concreta das psicólogas brasileiras que constituem, aproximadamente, 80% da categoria profissional de acordo com o CensoPsi do CFP (2022).

Nesta categoria, buscamos discutir os atravessamentos da adoção do teletrabalho para as profissionais mineiras, enfatizando a repercussão diferenciada na relação familiar, especialmente na divisão de tarefas domésticas e na dinâmica de cuidados, conformando uma condição específica da mulher-psicóloga, após o advento da pandemia.

Abrimos parênteses para assinalar que a pesquisa documental apontou diferentes vivências das categorias profissionais femininas. Com efeito, de acordo com o IBGE (2022), em 2020, 825,3 mil postos de trabalho foram perdidos, sendo que destes, aproximadamente 600 mil eram postos ocupados por mulheres. Além disso, segundo a PNAD do mesmo ano, a taxa de desemprego no Brasil alcançou a marca recorde de 5,45 pontos entre a população preta e parda, frente ao restante da população, revelando a maior vulnerabilidade vivenciada por mulheres negras (Dyniewicz *et al.*, 2021). Tais dados reforçam a necessidade de maiores estudos que escrutinem a atividade de psicólogas pretas e pardas no Brasil, após o advento da pandemia da Covid-19.

Os dados mostrados a seguir apresentam especificidades da atividade de psicólogas mineiras, embora reconheçamos os limites do presente estudo, pois este não esgota uma análise interseccional da temática. De todo modo, buscamos uma análise crítica dos relatos obtidos, segundo a dinâmica das relações de desigualdade construídas na formação social

do Brasil (Ianni, 2004).

Com efeito, de acordo com Monteiro, Araújo e Moreira (2018), os trabalhos de cuidado com a casa e com os filhos, tidos como “trabalho doméstico”, têm sido historicamente atribuídos à mulher e surgem como uma incumbência específica do gênero feminino, “revestido com as características da invisibilidade social, em um misto de papéis naturalizados e tarefas desqualificadas ou desvalorizadas socialmente” (p. 3).

Esse processo de atribuição das características biológicas femininas a papéis socialmente construídos, com restrições de acesso a funções políticas e econômicas, nomeado como “divisão sexual do trabalho” (Hirata, 2001), é bastante relevante para compreendermos a realidade do trabalho da mulher. Tal divisão de trabalho ainda traz impactos, apesar dos avanços do movimento feminista, como ilustra o relato da entrevistada 15:

Eu acho que essa compatibilização dos papéis que às vezes as mulheres acumulam, de cuidar de casa, cuidar de filhos, ser profissional, eu acho que isso teve um impacto muito grande, assim, para as mulheres, especificamente, que eu imagino, que para os psicólogos, né?

De acordo com Craide (2024), o levantamento Mulheres no Mercado de Trabalho, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), no ano de 2022, revelou que o tempo de trabalho dedicado pelas mulheres ao trabalho reprodutivo é de 17,8 horas semanais, enquanto o dos homens é de 11 horas. Para Souza e colaboradores (2020), é exatamente a naturalização dessa dupla (ou tripla) jornada de trabalho que fez com que as mulheres tivessem menos condições de construir hábitos de prevenção aos transtornos mentais, durante a pandemia, como exercícios físicos e atividades de lazer.

Ao longo da coleta de dados, destacaram-se os relatos de mulheres que, concomitantemente à vivência do teletrabalho, enfrentavam questões relativas ao ser mulher e à maternidade. Como tema rediscutido por Calligaris e Homem (2019), dentre as culpas da maternidade encontra-se aquela decorrente de ter que se ausentar do espaço doméstico e do cuidado dos filhos, para participar do mercado de trabalho. No contexto da pandemia, apesar do exercício profissional se dar dentro do espaço doméstico, muitas

mulheres não tiveram condições de desempenhar a maternidade idealizada e socialmente imposta, o que gerou sentimento de culpa e inadequação com a proximidade física dos filhos, como exposto no fragmento abaixo.

Os conflitos familiares, meu sentimento de inadequação, de expor minha filha a viver uma experiência dela, que é uma mãe dentro de casa, que não está prestando atenção nela. Vou passar uma enorme parte do dia sem conseguir prestar atenção nela e a demanda dela era para uma mãe que está dentro de casa, né? (Entrevistada 11)

Na medida em que o isolamento social se prolongava, psicólogas e psicólogos, assim como outras categorias profissionais passaram a adequar e adaptar suas casas ao trabalho. Nesse sentido, observamos profissionais que buscaram separar um espaço exclusivo para o trabalho no ambiente doméstico, adquiriram equipamentos, móveis, realizaram reformas, aumentaram os planos de internet etc. Mesmo com essas adaptações, mães de filhos menores apontam as dificuldades vivenciadas para trabalhar dentro de casa, sendo comum elas serem “demandadas” durante os atendimentos:

No início, meu problema maior era a interferência do meu filho, que ele ainda não entendia que eu estava aqui e eu estava trabalhando, né? Então, às vezes ele batia na porta. Aí às vezes eu precisava, avisava. Sempre aviso antes, principalmente quando é paciente novo, ‘Olha eu tenho uma criança. Ele me demanda e tal’, eu sempre avisava, ‘olha se ficar muito difícil, eu vou precisar parar só para dar uma atenção ali para ele parar de bater’[...]. (Entrevista 7)

Nesse sentido, as condições de trabalho e a própria natureza da atividade, por vezes, se apresentou como inconciliável para um ambiente de proximidade com os filhos, especialmente para as profissionais que não tiveram condições de construir um espaço privativo para o trabalho. Para essas profissionais, houve impactos significativos sobre a saúde mental, visto que, durante os atendimentos, sabiam que poderiam ser escutadas pelos familiares. Casos como este se deram mais grave e frequentemente para psicólogas vinculadas às políticas públicas que, no contexto da pandemia, vivenciaram um cenário de “desresponsabilização estatal com super-responsabilização das(os) profissionais” (Costa et. al, 2023), que se viram em um contexto de precarização sem precedentes, acompanhada pela urgência da demanda pública.

Então eu me sentia péssima, eu achava horrendo aquilo, achava horrendo ela [a filha] ter que escutar, igual eu escuto várias vezes. Eu tive adolescente [cliente] que sofreu violência sexual e aí ela [a filha] escutou eu começando esse atendimento, até achar um lugar para poder conversar sobre o assunto... Tive adolescente que sofreu óbito e ela ficou escutando tudo isso. E isso acabou com a minha saúde mental, acabou com minha saúde mental. (Entrevistada 11)

Os relatos revelam uma condição específica da mulher no novo modelo de atendimento, que frequentemente tiveram que conciliar o trabalho doméstico e a atividade profissional, sendo comum a não-cooperação dos parceiros seja com as tarefas domésticas, seja com o cuidado com os filhos. Além disso, em 2020, com o isolamento social e com a permissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para possibilidade de realização do processo online, o número de divórcios no Brasil alcançou o recorde histórico durante o segundo semestre de 2020, com o número de 43,8 mil processos realizados em cartórios (Lacerda, 2021), confirmando as análises de Martins, Aguiar e Bastos (2020) sobre o potencial aumento de conflitos gerados pela dissolução da fronteira trabalho-família. Sendo assim, evidenciam-se, também, questões relativas à sobrecarga das mães solo.

Na época que eu ainda estava casada, meu ex-marido que cozinhava... depois que eu precisei passar a cozinhar, piorou. Aí eu comecei ter que gastar mais com comida, mais dificuldade financeira, então menos estabilidade emocional, né? É, comia quando eu lembrava que eu tinha fome. Mas eu tinha que dar comida pra minha filha, então eu tinha que fazer comida, tinha que ter coisas 'saudável' em casa. Engordei muito durante a pandemia. Engordei uns quase uns 10 quilos. Durante a pandemia comia compulsivamente... *comfort food* mesmo. (Entrevistada 18)

Foi caótico. Porque eu acho que na época, eu tinha muito medo de pegar o Covid, era notícia, só notícia ruim, só tragédia, uma atrás da outra. E eu tenho um filho também, então tem que ficar em casa. As escolas fecharam e ter que ficar em casa e cuidar da rotina doméstica, com o trabalho e com uma criança de 5 anos. (Entrevistada 3)

Então estou fazendo almoço e trabalhando ao mesmo tempo, aí eu tenho que buscar a criança na escola, não é? Dá almoço para criança, fazer para casa, tudo enquanto eu estou trabalhando, aí essa-essa dificuldade da gente ir acertando coisas assim. Acaba que é uma carga especialmente pra mulher. É uma carga, e eu sou mãe solo hoje, né? (Entrevistada 18)

Foi observado que o teletrabalho, para as mulheres que tiveram condição de acessá-lo, facilitou o exercício das atividades da maternidade: trabalho durante a gravidez,

amamentação e primeiros cuidados. Nessas circunstâncias, a rede de apoio familiar mostrou-se fundamental para realização do suporte psicossocial dessas mulheres. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo quando as profissionais possuem essa rede, o papel de cuidado ainda é, muitas vezes, realizado por outras mulheres.

Então, assim estar em casa e atender online para mim foi muito positivo porque o meu filho tinha acabado de nascer. Eu voltei a trabalhar com 1 mês e meio... Eu pude passar muito tempo com ele, né? Então, tinha tempo, entre as aulas para dar o peito, para fazer dormir. (Entrevistada 14)

Crianças em casa, eu tenho dois filhos, né? Então eu conseguir trabalhar com as crianças em casa foi um enorme desafio, então eu precisei do apoio de família, né? Vindo aqui pra casa em alguns momentos, eu precisei da minha mãe e da minha sogra vindo para cá. (Entrevistada 1)

Dessa forma, observamos que a atividade de psicólogas neste período foi marcada por inúmeros desafios para o exercício profissional, sobretudo no que diz respeito à manutenção da saúde mental. Neste fato, coadunam-se fatores relativos não só ao gênero, como também, à raça e à classe, que se expressam tanto na possibilidade de acesso ao teletrabalho como nas condições de sua realização. Além disso, destacamos como as normativas da maternidade, o acúmulo de tarefas e a reduzida condição material para as atividades profissionais no ambiente doméstico impactaram e produziram diferentes processos de subjetivação. Destacam-se condições de trabalho precárias e com grande acúmulo de tarefas, especialmente agravadas entre as profissionais de políticas públicas (Costa et. al, 2023), além de sentimento de culpa e sobrecarga por atuar com temas sensíveis dentro do espaço doméstico sem as condições ideais para a atuação e a ocorrência de conflitos familiares que tiveram o divórcio, de forma não incomum, como desfecho.

4.2 PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO

Nesta categoria, buscamos evidenciar o aspecto qualitativo presente na atividade dos profissionais em teletrabalho, especialmente durante o período pandêmico, revelando sobrecarga, dificuldades inerentes à transição da modalidade de trabalho, o prazer e qualidade de vida obtido por parte da categoria, o não-reconhecimento de um trabalho “invisível” vivenciado, sobretudo, por psicólogas(os) que atuam em instituições e, por fim,

os impactos decorrentes do isolamento socioemocional experienciado.

Inicialmente, destacamos a sobrecarga e as dificuldades inerentes à transição para o teletrabalho. Neste posto, observamos a vivência e o exercício dos profissionais durante a transição e adaptação ao teletrabalho, e a atuação em um contexto social inédito e que também causava adoecimento, ansiedade, etc. Além disso, verificou-se a urgência de conciliar o exercício profissional com outros trabalhos, como o doméstico, a utilização de mídias sociais e manejos específicos para o atendimento online, em um contexto de aumento de demanda por atendimento psicológico.

Com o advento do trabalho remoto naquela época da pandemia, eu estava atendendo um paciente atrás do outro paciente e dava uma sobrecarga de trabalho. (Entrevistado 2)

É, tinha dia. Eu lembro que quando meu telefone ficou de referência no portão, tinha dia que eu atendia 60 ligações. Era um negócio surreal, assim, negócio surreal... (Entrevistada 1)

Outrossim, foi possível, ainda, verificar o isolamento no exercício docente, além da desorganização da rotina de cuidados pessoais (alimentação, hidratação, sono) devido à sobrecarga e à vivência dos próprios lutos.

Outro aspecto que merece ser destacado envolve os impactos do isolamento socioemocional, uma vez que buscamos conhecer a visão das profissionais acerca do próprio processo de isolamento durante o teletrabalho, em período pandêmico, a partir de vivências familiares, do cotidiano e do exercício profissional. Entende-se por isolamento socioemocional a desconexão social e emocional de familiares, colegas de profissão e amigos causada pela reduzida interatividade social no período pandêmico e o aumento da carga de trabalho.

Era tudo novo, querendo ou não o meu psicológico também estava envolvido por outras questões, que era uma pandemia, então comparado a isso também tinha a demanda dos meus clientes vivenciando uma coisa que eu também não sabia lidar, que era a questão da morte, do medo, do isolamento, do incerto, enfim. (Entrevistada 3)

Ademais, cabe ressaltar a ampliação do que chamamos, aqui, de trabalho invisível, uma vez que a invisibilização do trabalho de profissionais, fato já presente na prática

presencial, ganhou, na modalidade do trabalho remoto, novas proporções, tanto pelo aumento da demanda como pela cobrança institucional, com a ausência de reconhecimento da sobrecarga de atividades.

Nesse sentido, é necessário evidenciar como a transição para o modelo de atendimento remoto provocou sintomas físicos e psíquicos nos profissionais das mais variadas áreas de atuação da Psicologia, além dos acometidos pela própria Covid-19.

Sim, essa angústia que eu estou trazendo para você, dizendo para você, é uma, é algo assim que traz para a gente ainda da área, assim, houve um estresse gigantesco. Então mediado pelo excesso de trabalho, por não ter uma formação na área de atendimento online e, além disso, pela falta de adequação dos espaços, pela questão política, e humanitária que estava acontecendo no país [...]. (Entrevistado 2)

Por fim, destacam-se também relatos de mudanças da percepção do trabalho, uma relação ambígua de prazer e sofrimento, frente às novas dinâmicas impostas pelo digital, como a dificuldade do reconhecimento na dinâmica laboral online, com um distanciamento sentido de diversas formas com equipe, colegas, clientes, que abre espaço para construção de um novo destino do sofrimento.

Para Dejours (2004), com o uso da inteligência prática, a mobilização subjetiva é uma alternativa para construção de saída favorável ao sofrimento, especialmente dentro do ofício profissional. Essa construção de alternativas possibilita ao sujeito construir seu caminho na busca de saúde.

Por mais difícil que foi, foi algo totalmente transformador depois que eu entendi que era um pouco disso, que eu também estava muito resistente a tecnologias, então foi uma liberdade que eu nunca tive na vida e que eu nunca imaginei que teria, então foi muito transformador. (Entrevistada 3)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em revisão sistemática da literatura, Gonçalves e Ferreira Neto (2023), apontam que o menor custo dos atendimentos *online* levanta a discussão acerca da possibilidade de os atendimentos em Psicologia passarem a se dar, cada vez mais, na modalidade híbrida, na qual o atendimento “transitaria entre encontros online e presenciais” (p.14).

Como exposto, a atuação profissional em teletrabalho tem se dado de maneira peculiar para cada profissional. Entretanto, resguardadas as especificidades individuais, é possível observar na realidade das entrevistadas e, pela tendência observada na literatura, a tendência da adesão à modalidade híbrida. Enquadram-se nessa tendência mesmo as profissionais da Psicologia clínica que, apesar das resistências pessoais a respeito da terapia remota, passaram a exercer também o atendimento virtual a partir do período pandêmico.

Já nas organizações, a tendência ao formato híbrido é justificada pelas entrevistadas com relação à necessidade de se encontrar com parceiros de equipe, por conta do vínculo grupal, além de ser útil para o alinhamento de ideias e projetos. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à operacionalização das tarefas, a modalidade híbrida se apresenta benéfica em sua face de atuação remota, pela possibilidade de executar tarefas simultâneas e conciliar vida profissional e pessoal.

Em contrapartida, o serviço social encontra maiores obstáculos para a implementação da atividade online, dado o histórico de precarização e sucateamento das políticas públicas, ocorrido no período pandêmico, apontado em estudo realizado por Costa *et al.* (2023), que revelam o aumento da precarização das condições de trabalho. Neste caso, o sofrimento é vivido tanto pelas profissionais em Psicologia, como pelos usuários das políticas.

O estudo revela que mesmo as novidades e as potencialidades trazidas pelo período pandêmico são acompanhadas de contradições, cabendo à Psicologia examinar sua práxis e sua contextualização no espaço das políticas públicas.

Para uma consideração final provisória, temos a dizer que, apesar da riqueza deste estudo, ele precisa ter continuidade, pois deixamos de analisar aqui diversos aspectos levantados nos dados de campo. Além disso, outros estudos devem ser feitos, no sentido de se avaliar a interação entre as modalidades presencial e remota de trabalho, interação esta que parece hoje predominar, não só entre as(os) profissionais de Psicologia, mas em diversas outras profissões que julgam vantajosa a modalidade híbrida de trabalho, pouco

vislumbrada antes da emergência da Covid-19.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo editorial, 2020.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andréa Pereira. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andréa Pereira (Orgs.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2011. p. 3-21.
- BRASIL. **Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977**. Regulamenta a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Diário Oficial [da] União: seção 1, Brasília, DF, 20 jun. 1977.
- BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em 30 ago. 2024.
- BRASIL. Lei Nº 5.766, de 20 de Dezembro de 1971. **Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1971.
- CANGUILHEM, Georges. Meio e normas do homem no trabalho. **Pro-positões**, v. 12, n. 2-3, p. 109-121, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cadastro e-Psi. Todas as regiões: quantidade de aprovações e reprovações por ano. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2024a. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/psicologo/cadastro-e-psi/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cadastros de sites**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2020a. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/psicologo/cadastros-de-sites/>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CensoPsi 2022**: CFP divulga os resultados da maior pesquisa sobre o exercício profissional da Psicologia brasileira. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/censopsi-2022-cfp-divulga-os-resultados-da-maior-pesquisa-sobre-o-exercicio-profissional-da-psicologia-brasileira/#:~:text=O%20que%20diz%20o%20CensoPsi>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Coronavírus: comunicado à categoria. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2020b. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-a-categoria/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional e revoga as Resoluções CFP nº 11, de 11 de maio de 2018, e CFP nº 4, de 26 de março de 2020. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2024b. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-9-2024-regulamenta-o-exercicio-profissional-da-psicologia-mediado-por-tecnologias-digitais-da-informacao-e-da-comunicacao-tdics-em-territorio-nacional-e-revoga-as-resolucao-cfp-no-11-de-11-de-maio-de-2018-e-resolucao-cfp-no-04-de-26-de-marco-de-2020?origin=instituicao&q=09/2024>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 011/2012: regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental, e revoga a Resolução CFP nº 12/2005. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012. Disponível em:
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Resoluxo_CFP_nx_011-12.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 11, de 11 de maio de 2018: regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em:
<https://e-psi.cfp.org.br/resolucao-cfp-no-11-2018/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 12/2005, de 18 de agosto de 2005: regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga a Resolução CFP nº 003/2000. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005b. Disponível em:
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/08/resolucao2005_12.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 4, de 26 de março de 2020: dispõe sobre a regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do Covid-19. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/2TTNmFA>. Acesso

em: 30 ago. 2024.

COSTA, P. H. A. da; MENESSES, A. F. F.; SILVA JÚNIOR, A. J. da; PINTO, D. F. C.; OLIVEIRA, J. G. C. A. M. de; CARVALHO, M. B.; RONZANI, T. M. Implicações da pandemia para a Psicologia nas políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 23, n. 1, p. 115-137, 2023.

CRAIDE, Sabrina. **Pesquisa mostra que diferença salarial entre mulheres e homens caiu.** Agência Brasil, 5 mar. 2024. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/pesquisa-mostra-que-difere-nca-salarial-entre-mulheres-e-homens-caiu>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

CURY, L.; CAPOBIANCO, L. Princípios da história das tecnologias da informação e comunicação: grandes invenções. In: **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, VIII, 2011, Guarapuava, PR. Anais [...]. Guarapuava: s.n., 2011.

DUTRA, F. A história do telefone celular como distinção social no Brasil. Da elite empresarial ao consumo da classe popular. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 5, n. 2, 2016.

DYNIEWICZ, Luciana; SANTIAGO, Maiara; MOTODA, Érika. **Com pandemia, desigualdade racial no mercado de trabalho bate recorde.** CNN Brasil, 28 abr. 2021. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/microeconomia/com-pandemia-desigualdade-racial-no-mercado-de-trabalho-bate-recorde/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ENGLERT, S.; WOODCOCK, J.; CANT, C. Operaísmo digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 47–58, 2020.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa.** Bookman editora, 2009.

FOLHA. Terapia online dispara com a Covid, e número de psicólogos salta 450% na modalidade. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/09/terapia-online-dispara-com-a-covid-e-numero-de-psicologos-salta-450-na-modalidade.shtml#:~:text=A%20terapia%20online%20ganhou%20um>>. Acesso em: 09 ago. 2024

GONÇALVES, C. M. **Modificação dos processos de trabalho nos atendimentos psicológicos remotos mediados após a COVID-19.** Tese (Doutorado em Psicologia) –

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

GONÇALVES, C. M.; FERREIRA NETO, J. L. Atendimento remoto em psicologia no contexto da COVID-19. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 1, p. 1550–1567, 2024.

GONÇALVES, C. M.; FERREIRA NETO, J. L. O atendimento psicológico on-line: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Foco**, v. 16, n. 5, p. e1723, 2023.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 18, n. 2, p. 139-156, 2001.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 3, p. 145–154, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas do cadastro central de empresas**: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 132 p.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **2 Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, 2017. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526&catid=10&Itemid=9

ITABORAÍ, N. R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. 2015. Tese (Doutorado) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LACERDA, Nara. **Brasil tem número recorde de divórcios no segundo semestre de 2020**. Brasil de Fato, 22 jan. 2021. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/brasil-tem-numero-recorde-de-divorcios-no-segundo-semestre-de-2020>. Acesso em: 9 ago. 2024

MARTINS, L. B.; AGUIAR, C. V. N.; BASTOS, A. V. B. Covid-19: seus impactos nas relações trabalho-família. In: QUEIROGA, F. (Org.). **Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19**. Porto Alegre: Artmed, 2020. p. 49-58. (Coleção O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho, v. 1).

MONTEIRO, Rodrigo Padrini; ARAÚJO, José Newton Garcia de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 4, p. 1-14, 2018.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 193-202, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Teletrabalho durante e após a pandemia da COVID-19 - Guia prático. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@ilo-lisbon/documents/publication/wcms_771262.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

OPAS/OMS. OMS declara fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à COVID-19. Comunicado à imprensa, 5 maio 2023. Disponível em:

[https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,\)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19](https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19). Acesso em: 27 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Considerações sobre saúde mental e psicossocial durante o surto de Covid-19. Genebra: OMS, 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronavirus/mental-health-considerations.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & sociedade**, v. 17, p. 18-25, 2005.

QUEIROGA, F. (Org.). **Orientações para o home-office durante a pandemia da COVID-19.** Porto Alegre: Artmed, 2020.

ROCHA, M. L. B. da; BUARQUE, C. do N. L.; BUENO, L. D.; FALCÃO, C. dos A.; FERNANDES, A. L. de M.; OLIVEIRA, A. A. S. de. Psicologia, Conselho Federal de Psicologia e Covid-19: enfrentamento às desigualdades psicossociais no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e243766, 2023.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. 2. ed. Londres: SAGE Publications Ltd, 2013. 329 p.

SANTANA, I. L. Subjetividade e trabalho: ou como as mudanças do capitalismo têm afetado a constituição de sujeitos. **Primeiros Escritos**, v. 10, n. 1, p. 103-125, 2020.

SELIGMAN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado.** Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1995.

SILVA, F. **O fim da pandemia?** Espaço do Conhecimento, 5 maio 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/o-fim-da-pandemia/#:~:text=Cinco%20de%20maio%20de%20dois,global%2C%20em%20janeiro%20de%202020>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOUZA, A. S. R.; SOUZA, G. F. DE A.; PRACIANO, G. DE A. F.. Women's mental health in times of COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 3, p. 659–661,

jul. 2020.

SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. do; CORDEIRO, M. P. A **produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein De Pesquisas Sociais, 2014. 340 p.